

REQUERIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO Nº _____ | Data: ___/___/_____

DADOS DO INTERESSADO		
Nome Completo:		
Endereço:		
Complemento:	Cidade:	CEP:
RG:	CPF:	
Contato: ()	()	
E-mail:		
VÍNCULO		
<input type="checkbox"/> Estudante	Curso:	
	Instituição:	
<input type="checkbox"/> Profisional	Nº CAU:	Nº CREA:
	Empresa:	
	Endereço:	
<input type="checkbox"/> Proprietário ou outros	Vínculo:	
ESPECIFICAÇÃO DA PESQUISA		
DECLARAÇÃO		
<p>Solicito acesso às informações especificadas acima, pertencentes ao acervo sob a guarda da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural – DPPC/SEPLAN/PCR.</p> <p>Na oportunidade, declaro-me ciente:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Que a entrega das informações solicitadas depende da apresentação e cópia de documento oficial de identificação, cópia do comprovante de vínculo atualizado (CAU, CREA, carteira de estudante, procuração, entre outros) e inclusive da clareza e veracidade das informações preenchidas por mim.2. Das violações aos direitos autoriais e demais previsões contidas na Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos Autoriais), as quais submetem o infrator a penalidades civis e criminais cabíveis.3. Das disposições expressas na Lei nº 17.866/13 (Lei de Acesso a Informação – LAI) e no Decreto regulamentador nº 28.527/15, que tratam inclusive das principais restrições de acesso à informação, a citar:		

- 3.1. Classificação da informação pública, cuja divulgação indiscriminada possa colocar em risco a segurança da sociedade ou do Estado.
 - A depender do prejuízo que a eventual divulgação venha a propiciar, o acesso à informação pode ser restringido por um período pré-determinado ou vinculado à ocorrência de evento específico.
- 3.2. Possibilidade de classificação de informações que possam prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos de órgãos vinculados à proteção dos bens municipais, dos seus serviços e de suas instalações;
- 3.3. Informações de caráter pessoal, relacionada à pessoa natural.
 - As informações relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas devem ter seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo pelo prazo máximo de 100 (cem) anos.
- 3.4. Informação, cujo caráter de sigilo já esteja garantido por outra norma.
 - Esse tipo de informação não precisa de classificação com base na LAI como sigilosa. Exemplos: sigilo fiscal, sigilo bancário, sigilo comercial e outros.
4. Que será indeferida a solicitação:
 - 4.1. De interpretação ou opinião de órgão/entidade sobre um determinado assunto;
 - 4.2. Genérica ou que não esteja clara, sem indicação de período, do tipo de documento desejado, do assunto a que se refere, de forma que o órgão não consiga identificá-la de maneira precisa.
 - 4.3. Que exija trabalho excessivo de análise ou de consolidação de dados e informações, como, por exemplo, a produção de novos documentos, planilhas e tabelas a partir das informações solicitadas.
 - 4.4. Que se enquadre nas exceções previstas em lei.
5. A DPPC se reserva ao direito de atender a presente solicitação num **prazo de 20 dias**, podendo ser prorrogado conforme previsão expressa na LAI.

CAMPO PARA ASSINATURAS

Interessado	DPPC/SEPLAN/PCR

CAMPO RESERVADO AO PREENCHIMENTO PELO DPPC

